# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**GS** Inima Brasil Ltda e suas controladas

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º andar - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax: +55 19 3322-0559 ey.com.br

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Quotistas e Administradores da **GS Inima Brasil Ltda.** São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Brasil Ltda.

("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Marcos Roberto Sponchiado Contador CRC-1SP175536/O-5

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Control	ladora	Consolio	lado		Nota	Control	adora	Consoli	idado
ATIVO	explicativa	2021	2020	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	353	1.114	167.199	119.702	Empréstimos e financiamentos	15.1	-	-	41.731	66.089
Aplicações financeiras	7	31.711	40.841	495.709	40.841	Debêntures privadas	15.2	-	4.506	44.589	68.810
Fundo restrito	8	-	-	-	4.749	Arrendamento mercantil		185	1.093	2.417	4.491
Contas a receber	9.1	579	220	81.474	93.883	Fornecedores		1.322	1.019	25.409	23.536
Contas a receber de locação de ativos	9.2	-	-	41.023	36.897	Obrigações sociais		5.342	4.668	22.470	23.781
Ativo financeiro	10	-	-	114.888	168.055	Obrigações fiscais		1.726	1.312	17.945	12.485
Estoques		-	-	9.568	12.971	Concessão de serviços públicos	17	-	-	5.642	5.398
Impostos a recuperar		2.284	2.254	11.458	14.328	Tributos diferidos	18	-	-	425	11.214
Partes relacionadas	20	78.234	53.195	31.920	26.539	Partes relacionadas	20	57.008	37.941	79.837	50.509
Dividendos a receber	20	48.667	36.481	-	-	Dividendos a Pagar	20	-	-	3.365	7.480
Outros créditos		197	170	7.232	5.404	Outras obrigações		-	-	3.673	3.988
Total do ativo circulante		162.025	134.275	960.471	523.369	Total do passivo circulante		65.583	50.539	247.503	277.781
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	_					Empréstimos e financiamentos	15.1	-	-	394.596	308.487
Aplicações financeiras	7	1.131	1.093	1.131	1.093	Debêntures privadas	15.2	-	-	533.212	448.208
Fundo restrito	8	-	-	23.850	18.088	Contas a pagar por aquisição	16	-	-	49.522	48.205
Contas a receber	9.1	-	-	718	865	Arrendamento mercantil		-	22	990	7.324
Contas a receber locação de ativos	9.2	-	-	186.768	188.234	Partes relacionadas	20	13.767	13.119	14.385	26.767
Partes relacionadas	20	5.800	3.357	16.690	-	Fornecedores		-	-	182	11
Ativo financeiro	10	-	-	284.573	588.624	Concessão de serviços publicos	17	-	-	61.215	60.221
Ativo de contrato	11	-	-	100.549	52.817	Tributos diferidos	18	-	-	2.931	43.397
Impostos a recuperar		-	-	231	231	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	277.506	399.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	816	862	31.197	18.719	Provisão para ações judiciais	21	-	289	2.646	3.453
Depósitos Judiciais		10	16	2.109	2.329	Outras obrigações		1.131	1.094	2.941	5.251
Outros créditos		17	26	286	104	Total do passivo não circulante	·	14.898	14.524	1.340.126	1.350.903
		7.774	5.354	648.102	871.104						
						Total do passivo		80.481	65.063	1.587.629	1.628.684
Investimentos em controladas	12	1.290.154	1.248.545	-	-						
Imobilizado	13	927	1.747	377.209	370.777	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22				
Intangível	14	1.140	1.146	1.208.067	1.468.829	Capital social		1.108.099	1.108.099	1.108.099	1.108.099
Ativo de contrato	11	55		38.492	24.891	Reserva de capital		4.180	4.180	4.180	4.180
		1.292.276	1.251.438	1.623.768	1.864.497	Reserva de lucros retidos		269.315	213.725	269.315	213.725
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.381.594	1.326.004	1.381.594	1.326.004
Total do ativo não circulante		1.300.050	1.256.792	2.271.870	2.735.601						
						Participação dos acionistas não controladores				263.118	304.282
						Total do patrimônio líquido		1.381.594	1.326.004	1.644.712	1.630.286
TOTAL DO ATIVO		1.462.075	1.391.067	3.232.341	3.258.970	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.462.075	1.391.067	3.232.341	3.258.970

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controlad	dora	Consolidado		
	explicativa	2021	2020	2021	2020	
RECEITA LÍQUIDA	23.a	27.672	18.584	817.094	736.776	
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23.b	(28.232)	(27.087)	(407.650)	(326.453)	
LUCRO BRUTO	<del>-</del>	(560)	(8.503)	409.444	410.323	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:						
Gerais e administrativas	23.c	(19.824)	(17.491)	(302.495)	(157.505)	
Resultado de equivalência patrimonial	12	112.886	98.403	-	-	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	23.c	2.174	17	160.001	924	
	=	95.236	80.929	(142.494)	(156.581)	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO						
RESULTADO FINANCEIRO	<del>-</del>	94.676	72.426	266.950	253.742	
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	24	2.267	1.043	26.948	11.122	
Despesas financeiras	24	(2.557)	(41.511)	(118.187)	(156.681)	
	<del>-</del>	(290)	(40.468)	(91.239)	(145.559)	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	-	94.386	31.958	175.711	108.183	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	19.b	-	-	(128.346)	(66.737)	
Diferidos	19.b	(45)	215	64.700	22.950	
	<del>-</del>	(45)	215	(63.647)	(43.787)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	- -	94.341	32.173	112.064	64.396	
ATRIBUÍDO À						
Participação dos acionistas da controladora				94.341	32.173	
Participação dos acionistas não controladoras				17.723	32.173	
i ditiolpayao aos acionistas nao controladores			_	112.064	64.396	
			_	112.004	04.030	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlad	dora	Consoli	lidado	
	2021	2020	2021	2020	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94.341	32.173	112.064	64.396	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	94.341	32.173	112.064	64.396	
ATRIBUÍDO À Participação dos acionistas da controladora Participação dos acionistas não controladores			94.341 17.723	32.173 32.223	
i amolpação dos adionistas não controladores			112.064	64.396	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva capital	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		636.036	4.180	193.827	-	834.043	298.963	1.133.006
Aumento de capital	22.a	472.063	-	-	-	472.063	-	472.063
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.173	32.173	32.223	64.396
Dividendos distribuidos	22.b	-	-	(12.275)	-	(12.275)	(26.904)	(39.179)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	32.173	(32.173)	-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	1.108.099	4.180	213.725	-	1.326.004	304.282	1.630.286
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	<del>-</del>	1.108.099	4.180	213.725	-	1.326.004	304.282	1.630.286
Lucro líquido do exercício		-	-	-	94.341	94.341	17.723	112.064
Dividendos distribuidos	22.b	-	-	(38.751)	-	(38.751)	(58.887)	(97.638)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	94.341	(94.341)	-	- -	- -
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	-	1.108.099	4.180	269.315	-	1.381.594	263.118	1.644.712

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Control	adora	Consoli	dado
	explicativa	2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro líquido do exercício		94.341	32.173	112.064	64.396
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		94.541	32.173	112.004	04.390
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	19	45	(215)	(64.700)	(22.950)
Depreciação e amortização	13 e 14	1.738	1.898	92.380	110.727
Juros sobre empréstimos e debêntures	15	28	572	92.880	90.645
Baixa mais-valia	14	-	-	226.405	-
Arrendamento Mercantil		(930)	(1.015)	11.781	(834)
Encargos financeiros sobre a outorga	17 10	-	-	6.824	6.522
Remuneração do ativo financeiro  Remuneração do contas a receber - locação de ativo	9.2	-	-	(94.192) (40.671)	(86.480) (36.955)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro e contas a receber de locação de ativos	9.2 e 10	-	-	(2.653)	(4.736)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(112.886)	(98.403)	(2.000)	( 66)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.1	-	-	(4.872)	2.695
Apropriação dos custos de transação de empréstimos e debêntures	15	28	172	1.391	7.041
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	16	-	-	1.317	1.553
Provisão para riscos	21	(179)	289	576	2.140
		(17.815)	(64.529)	338.531	133.764
Redução (aumento) nos ativos operacionais:  Contas a receber	9.1	(359)	(102)	17.428	114.731
Estoques	5.1	(339)	(102)	3.403	468
Contas a receber de locação de ativos	9.2	_	-	38.633	36.301
Impostos a recuperar		(30)	(747)	2.870	(3.162)
Ativo de contrato e financeiro	10	- '	` -	453.441	83.937
Transferência do ativo de contrato para ativo financeiro e intangível	11	-	-	25.225	48.075
Outros créditos		(12)	318	(1.790)	(1.329)
Fornecedores		303	(868)	2.044	(3.808)
Partes relacionadas		7.767	2.529	5.125	19.346
Obrigações sociais Obrigações fiscais		674 414	1.007 69	(1.311) 5.460	1.210 (1.388)
Tributos diferidos		414	-	(51.255)	(7.635)
Outras obrigações		37	(28)	(2.625)	6.840
Pagamento de causas cíveis e trabalhistas	21	(110)	-	(1.383)	(1.047)
Pagamento concessão de serviços públicos	17	- '	-	(5.586)	(5.346)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		(9.131)	(62.351)	828.210	420.957
carka crianac ado (apricado nao) auridades operacionais, ames de pagamente de jares e impedes		(3.131)	(02.00.)		
	15.1	(9.131)	-		
Juros pagos sobre empréstimos	15.1 15.2	-	-	(35.702)	(49.833)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures	15.1 15.2	(1.962)	(3.994)		
Juros pagos sobre empréstimos		-	(3.994)	(35.702) (37.393)	(49.833) (44.826)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	15.2	(1.962) (11.093)	(3.994) (66.345)	(35.702) (37.393) <b>755.114</b>	(49.833) (44.826) <b>326.298</b>
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras		(1.962)	(3.994)	(35.702) (37.393) <b>755.114</b> (454.906)	(49.833) (44.826) <b>326.298</b> (40.862)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito	15.2	(1.962) (11.093) 9.092	(3.994) (66.345) (40.862)	(35.702) (37.393) <b>755.114</b>	(49.833) (44.826) <b>326.298</b>
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada	15.2 7	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974	(35.702) (37.393) <b>755.114</b> (454.906)	(49.833) (44.826) <b>326.298</b> (40.862)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas	15.2 7 12	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682)	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130)	(35.702) (37.393) <b>755.114</b> (454.906) (1.013)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado	15.2 7 12 13	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305)	(3.994) (66.345) (40.862) 	(35.702) (37.393) <b>755.114</b> (454.906) (1.013)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível	15.2 7 12	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682)	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130)	(35.702) (37.393) <b>755.114</b> (454.906) (1.013)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado	15.2 7 12 13 14	(1.962) (11.093) 9.092 	(3.994) (66.345) (40.862) 	(35.702) (37.393) <b>755.114</b> (454.906) (1.013) - (28.296) (29.581)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imbolilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato	15.2 7 12 13 14 11	9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55)	(3.994) (66.345) (40.862) 	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imbolilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento	15.2 7 12 13 14 11	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	15.2 7 12 13 14 11	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos:	15.2 7 12 13 14 11	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	15.2 7 12 13 14 11 13 e 14	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imbolilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações	15.2 7 12 13 14 11 13 e 14	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45	(3.994) (66.345) (40.862) - 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imbolilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imbolizado Aquisição de ativo imbolizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518) - - (389.707)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) (29.581) (86.557) (606.933) (49.550)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) (54.666) - (7.400)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dixidendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital social	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) 74.946 (588.982) (54.666) (7.400) 472.063
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital de não controladores	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2 15	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518) - (389.707) (5.950) - 472.063	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933) (49.550) (3.159) (3.714)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) 74.946 (588.982) (54.666) - (7.400) 472.063 (10.367)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital social Subscrição de capital de não controladores Pagamento de dividendos	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518) - - (389.707)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) 74.946 (588.982) (54.666) (7.400) 472.063
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital de não controladores	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2 15	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518) - (389.707) (5.950) - 472.063	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013) - - (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933) (49.550) (3.159) (3.714)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) 74.946 (588.982) (54.666) - (7.400) 472.063 (10.367)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intengível Aquisição de ativo intengível Aquisição de ativo de contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital social Subscrição de capital de não controladores Pagamento de dividendos Pagamento Juros sobre Capital Próprio Caixa ouriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2 15	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518) - (389.707) (5.950) - 472.063 (12.275) - 453.838	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013)  (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933) (49.550) (3.159) (3.714)  (198.885) 	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) (74.946) (588.982) (54.666) - (7.400) 472.063 (10.367) (153.147) - (267.553)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo ativo intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital social Subscrição de capital de não controladores Pagamento de dividendos Pagamento Juros sobre Capital Próprio Caixa ourlundo das (aplicado nas) atividades de financiamento  AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2 15	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (1711) (518) - (389.707) (5.950) - 472.063 (12.275) - 453.838 (2.214)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013)  (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933) (49.550) (3.159) (3.714)  (198.885)  (100.684)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) (54.666) (7.400) 472.063 (10.367) (153.147) - (267.553)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo e contrato Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital de não controladores Pagamento de dividendos Pagamento de dividendos Pagamento Juros sobre Capital Próprio Caixa ouriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento  AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA  Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2 15	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684 - (2.600) - (38.751) - (41.351)	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (171) (518) - (389.707) (5.950) - 472.063 (12.275) - 453.838 (2.214)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013)  (28.296) (29.581) (86.557) (6.689) (606.933) (49.550) (3.159) (3.714)  (198.885)  (100.684) 47.497	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) (74.946 (588.982) (54.666) - (7.400) 472.063 (10.367) (153.147) (153.147) 1.50 (69.494)
Juros pagos sobre empréstimos Juros pagos sobre debentures  Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aplicações financeiras Fundo Restrito Dividendos recebidos de controlada Integralização de capital em controladas Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo intangível Aquisição de ativo ativo intangível Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento  FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Empréstimos: Captações Pagamentos de principal Pagamentos de debêntures Arrendamento mercantil Custo de transação dos empréstimos e debêntures Integralização de capital social Subscrição de capital de não controladores Pagamento de dividendos Pagamento Juros sobre Capital Próprio Caixa ourlundo das (aplicado nas) atividades de financiamento  AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.2  7  12 13 14 11 13 e 14  15 15.1 15.2 15	(1.962) (11.093) 9.092 - 46.241 (2.682) (305) (652) (55) 45 51.684	(3.994) (66.345) (40.862) 53.974 (402.130) (1711) (518) - (389.707) (5.950) - 472.063 (12.275) - 453.838 (2.214)	(35.702) (37.393) 755.114 (454.906) (1.013)  (28.296) (29.581) (86.557) (6.580) (606.933) (49.550) (3.159) (3.714)  (198.885)  (100.684)	(49.833) (44.826) 326.298 (40.862) 1.170 - (9.727) (43.836) (34.489) (495) (128.239) (74.946) (588.982) (54.666) (7.400) 472.063 (10.367) (153.147) - (267.553)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações

A GS Inima Brasil Ltda. ("Empresa", "Controladora", "GS Inima Brasil" ou :"Grupo") foi constituída em 29 de maio de 2008 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de
  construção civil, terraplenagem, construção de obras, incluindo estações de tratamento de água
  potável, de água doce ou salgada, estações de tratamento de esgoto doméstico ou industrial,
  sistemas de secagem e/ou disposição de lodo, redes coletoras, redes de distribuição e obras
  complementares a serviços de meio ambiente e saneamento em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura, incluindo serviços de saneamento e potabilização, mediante qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de saneamento.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A sede da Empresa está localizada na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, conjunto 61, Itaim Bibi, São Paulo.

A Empresa e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima ("Grupo"), tendo como controladora direta a GS Inima Environment S.A.U, sediada na Espanha, a qual é controlada da GS Engineering & Construction Corporation, companhia que possui a intenção de abrir capital na Bolsa de Valores da Coréia do Sul.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações--Continuação

Abaixo é descrito um breve histórico e objeto social das empresas as quais a GS Inima Brasil participa direta ou indiretamente:

Controladas	Controle	Data de Constituição	Data assinatura contrato	Data início concessão	Objeto	Modelo do Contrato	Prazo do Contrato	Principal cliente
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A ("Ambient")	Direto	20/09/1995	28/09/1995	28/09/1995	Exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto/SP	Concessão Parcial de Esgoto	38 anos	Daerp - Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A ("Sesamm")	Direto	15/08/2008	09/09/2008	09/09/2008	Implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município de Mogi Mirim/SP	Concessão Parcial de Esgoto	30 anos	Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE
Araucária Saneamento S.A ("Araucária")	Direto	21/05/2010	27/12/2010	01/04/2014	Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de Campos do Jordão/SP	Locação de Ativo	20 anos	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A ("Sanevap")	Direto	04/07/2011	16/12/2012	15/01/2015	Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos/SP	Locação de Ativo	20 anos	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Sanama Saneamento Alta Maceió S.A ("Sanama")	Direto	08/10/2014	11/12/2014	01/10/2016	Implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário da Parte Alta da cidade de Maceió - AL bem como realização de Serviços de Gestão Comercial	PPP Administrativa	30 anos	Casal - Companhia de Saneamento de Alagoas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações--Continuação

Controladas	Controle	Data de Constituição	Data assinatura contrato	Data início concessão	Objeto	Modelo do Contrato	Prazo do Contrato	Principal cliente
Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A ("Caepa")	Direto	10/04/2015	09/06/2015	01/08/2015	Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Paraibuna - SP	Concessão Plena de Água e Esgoto	30 anos	Usuários do Município de Paraibuna
Comasa Companhia Águas de Santa Rita S.A.("Comasa")	Direto	04/02/2016	08/10/2015	01/06/2016	Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Santa Rita do Passa Quatro - SP	Concessão Plena de Água e Esgoto	30 anos	Usuários do Município de Santa Rita Passa Quatro
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar")	Direto	23/08/2012	12/09/2012	12/11/2012	Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba - SP	Concessão Plena de Água e Esgoto	30 anos	Usuários do Município de Araçatuba
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A ("Saneouro")	Direto	30/07/2019	16/10/2019	02/01/2020	Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Ouro Preto - MG	Concessão Plena de Água e Esgoto	35 anos	Usuários do Município de Ouro Preto
GS Inima Serviços de Saneamento Eireli ("GS Serviço")	Direto	22/08/2019	-	-	Execução de atividades de construção, operação, manutenção e gestão comercial de sistemas de tratamento de água e esgoto, compreendendo os serviços de engenharia e gerenciamento de obras correlatas	-	-	-
GS Inima Industrial S.A ("GS Industrial")	Direto	24/06/2019	-	-	Investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em Operações Industriais - terceirização de Centrais de Utilidades e fornecimento de água industrial, através de suas controladas diretas	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações--Continuação

Controladas	Controle	Data de Constituição	Data assinatura contrato	Data início concessão	Objeto	Modelo do Contrato	Prazo do Contrato	Principal cliente
GS Inima Industrial Jeceaba S.A ("Jeceaba")	Indireto	29/01/2008	-	-	Projeto, construção e operação de plantas para tratamento de água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica.	-	-	Nota 3.1 parágrafo: Fatos relevantes
Aquapolo Ambiental S.A ("Aquapolo")	Indireto	08/10/2009	30/09/2009	-	Produzir, fornecer e comercializar água de reuso para a Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A. ("Braskem"), além das demais companhias integrantes do pólo Petroquímico de Capuava no Município de Mauá - São Paulo	DBOO (Design, Build, Own and Operate)	44 anos	Braskem Qpar S.A e Braskem Petroquímica S.A.
GS Inima Industrial Triunfo S.A ("Triunfo")	Indireto	09/03/2010	31/12/2013	-	Produção e venda de águas industriais utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponibiliza água de incêndio para essas mesmas empresas	AOO (Acquisition, Operation and Owner)	40 anos	Braskem S.A.
SANEL Saneamento de Luiz Antônio S.A. ("Sanel")	Direto	30/09/2020	12/11/2020	01/02/2021	Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Luiz Antônio - SP	Concessão Plena de Água e Esgoto	35 anos	Usuários do Município de Luiz Antônio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações--Continuação

### 1.1. Impactos da COVID-19

### Impactos do COVID-19

O Grupo, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores, bem como de seus familiares, parceiros e clientes e, considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio da Covid-19.

Em março de 2020, a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da Covid-19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde.

Entre as medidas prioritárias, foram estabelecidas políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir o contato social na Grupo. Além disso, foram disponibilizados materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e comunicados foram elaborados pelo Grupo sobre as medidas protetivas contra a Covid-19.

No ambiente de trabalho do Grupo, é obrigatório a utilização de máscaras. Adicionalmente, a limpeza dos locais e estações de trabalho foi intensificada, com desinfecção das superfícies. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados e o Grupo vedou o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis.

O efeito financeiro e econômico para o Grupo ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. O Grupo continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

### 2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Para fins dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Empresa e suas controladas são denominadas conjuntamente como "Grupo".

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelos administradores e quotistas em 30 de março de 2022.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de

Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

### 2.3. Base de consolidação

### Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades controladas por ela. As participações acionárias, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, da Empresa em suas controladas diretas e indiretas está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Base de consolidação--Continuação

Empresas consolidadas--Continuação

			2020	
		Quantidade de	Participação	Participação
Empresas	Estado	ações	(%)	(%)
Controle direto				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A ("Ambient")	São Paulo	1.006.325	100,00%	100,00%
Araucária Saneamento S.A ("Araucária")	São Paulo	9.078.000	51,00%	51,00%
Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A ("Caepa")	São Paulo	3.040.000	95,00%	95,00%
Comasa Companhia Águas de Santa Rita S.A. ("Comasa")	São Paulo	7.500.000	75,00%	75,00%
GS Inima Industrial S.A ("GS Industrial")	São Paulo	909.360.000	100,00%	100,00%
GS Inima Serviços de Saneamento Eireli ("GS Serviço")	São Paulo	300.000	100,00%	100,00%
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A ("Saneouro")	Minas Gerais	6.000.000	60,00%	60,00%
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar")	São Paulo	48.445.785	100,00%	100,00%
Sanama Saneamento Alta Maceió S.A ("Sanama")	Alagoas	27.000.000	60,00%	60,00%
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A ("Sanevap")	São Paulo	3.920.932	50,10%	50,10%
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A ("Sesamm")	São Paulo	12.500.741	64,00%	64,00%
SANEL - Saneamento de Luiz Antônio S.A. ("Sanel")	São Paulo	4.900.000	70,00%	70,00%
Controle indireto				
GS Inima Industrial Jeceaba S.A ("Jeceaba")	Minas Gerais	118.815.450	84,50%	84,50%
Aquapolo Ambiental S.A ("Aquapolo")	São Paulo	21.633.713	51,00%	51,00%
GS Inima Industrial Triunfo S.A ("Triunfo")	Rio Grande do Sul	114.224.101	100,00%	100,00%

O exercício social das empresas controladas incluídas na consolidação é coincidente com o exercício social da controladora . A equivalência patrimonial é calculada na mesma data do balanço da Empresa.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

### Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Empresa detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Base de consolidação--Continuação

### Eliminações

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas

derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

### Transações com participações de não controladores

As participações de não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação do Grupo nessas controladas. Essas participações de não controladores podem ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações minoritárias no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida.

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Empresa e suas controladas. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

### 2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos na data de aquisição, dos passivos incorridos com relação aos antigos controladores da adquirida e das participações. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na combinação de negócios mencionada na nota explicativa nº 5, a participação de não controladores na adquirida foi mensurada aos valores contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Combinação de negócios--Continuação

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos, e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Empresa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

#### 2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### 2.5.1. Ativos financeiros

#### i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

### 2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

i) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter de ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

### 2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

### Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

- 2.5.1. Ativos financeiros--Continuação
  - ii) Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais ativos financeiros do Grupo são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundos restritos, contas e receber, contas a receber de locação de ativos, contas a receber de partes relacionadas, ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Esses ativos financeiros do Grupo são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

- 2.5.1. Ativos financeiros--Continuação
  - iii) Baixa de ativos financeiros (desreconhecimento)

Um ativo financeiro (ou parte dele) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e o Grupo transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

- 2.5.1. Ativos financeiros--Continuação
  - iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas:

- Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses.
- Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

### 2.5.2. Passivos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro

### ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

### 2.5.2. Passivos financeiros--Continuação

ii) Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures privadas contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais passivos financeiros do Grupo são: fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures privadas. Esses passivos financeiros do Grupo são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

### 2.5.2. Passivos financeiros--Continuação

### iii) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

### 2.7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificado de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mentidas com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.8. Contas a receber

As contas a receber estão classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Correspondem a: i) valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto pelas controladas Ambient, Sesamm e Sanama; ii) valores a receber dos clientes referentes ao faturamento das concessões plenas pelas medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e serviços complementares efetuados pelas controladas Caepa, Comasa, Samar, Saneouro e Sanel; e iii) valores a receber referente locação das controladas Araucária e Sanevap, bem como receitas acessórias e clientes privados da controlada GS Industrial.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD.

### 2.9. Contas a receber de locação de ativos

As contas a receber de locação de ativos estão mensuradas pelo valor justo e correspondem ao faturamento do contrato de locação de ativos das estações de tratamento de esgoto das controladas Araucária e Sanevap, qualificados como arrendamento mercantil financeiro. Esses valores a receber são classificados no ativo circulante e não circulante com base no respectivo prazo de realização e estão ajustados a valor presente.

Na primeira etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende a construção, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

Na segunda etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos é reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrada a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.9. Contas a receber de locação de ativos--Continuação

As perdas estimadas foram apuradas e as controladas Araucária e Sanevap registraram o efeito do "*impairment*" correspondente ao período remanescente da concessão.

#### 2.10. Ativo financeiro e ativo de contrato

O Grupo contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01 - Contratos de Concessão, o Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

As controladas Ambient, Sanama e Sesamm reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.10. Ativo financeiro e ativo de contrato--Continuação

O contrato da controlada Jeceaba possui características similares a de uma venda de um ativo financiado, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), sendo as principais características: i) a transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil; ii) no início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado; e iii) os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o cliente pode usá-los sem grandes modificações. Dessa forma, considerando os aspectos do mencionado pronunciamento técnico e na Interpretação Técnica ICPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil (ICPC 03) as operações de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica daquela controlada, são classificadas como ativo financeiro.

No Grupo, o ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

O Grupo reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

### 2.11. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para o Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.13. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### **2.13.** Intangível--Continuação

### Contratos de concessão classificados como intangível

As controladas Caepa, Comasa, Samar, Sanel e Saneouro contabilizam o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

### 2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos não financeiros.

#### 2.15. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos de direito de uso estão contemplados na movimentação do ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.15. Arrendamentos--Continuação

### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de reincidir o arrendamento.

### 2.16. Custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescidos aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

### 2.17. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.18. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Conselho de Administração.

### 2.19. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional do Grupo;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do Grupo; está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.20. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 todos os instrumentos financeiros do Grupo eram considerados de nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.21. Tributos

#### Lucro real

A Empresa e as controladas GS Industrial, GS Serviços, Ambient, Caepa, Comasa, Samar, Sanama, Sesamm, Saneouro e Sanel calculam o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### Lucro presumido

As controladas Araucária e Sanevap calculam o imposto de renda e contribuição social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

#### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### **2.21. Tributos**--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sidos atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes dos contratos de longo prazo de construção locação e operacionalização de ativos, qualificados como contratos de arrendamentos financeiros, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 03) e no Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 R1).

## Receita de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida que o serviço é prestado e medido.

#### Receita de operação

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto das cidades de Ribeirão Preto/SP, Mogi Mirim/SP e Maceió/AL, do sistema de distribuição de água, coleta e afastamento de esgoto sanitário e gestão comercial das cidades de Paraibuna/SP, Santa Rita do Passa Quatro/SP, Araçatuba/SP, Ouro Preto/MG e Luiz Antônio/SP; e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

Nas concessões plenas, a receita de operação compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião do consumo de água.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Reconhecimento da receita--Continuação

#### Receita de operação--Continuação

Nas concessões parciais a receita de operação é reconhecida por ocasião da medição do volume tratado.

#### Receita de locação de ativo

As receitas de locação de ativo são provenientes do direito a faturar e são reconhecidas pela atualização do ativo financeiro registrado a valor justo com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato. Nas controladas Araucária e Sanevap reconheceu-se a venda do ativo no resultado durante os exercícios de 2015 e de 2016, respectivamente, com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida a contas a receber (circulante e não circulante) e o custo pelo valor do investimento.

#### Receita de venda

A receita de venda compreende o valor presente pela venda de água industrial pelas controladas indiretas Aquapolo e Triunfo, reconhecidas na medida em que as vendas são faturadas.

### Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Quando contratam serviços de construção, o Grupo deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração entende que que as concessões não preveem margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Reconhecimento da receita--Continuação

#### Receita de construção--Continuação

A receita de construção da controlada indireta Jeceaba é determinada e reconhecida de acordo com o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

A receita é reconhecida pela margem de construção de 7,69% sobre os custos incorridos atribuíveis ao arrendamento mercantil, margem essa apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

#### Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis da controlada Jeceaba e pelas receitas de concessão das controladas Ambient, Sesamm e Sanama.

A atualização da receita do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As controladas iniciaram a atualização dos direitos a faturar a partir do início das suas operações.

#### 2.23. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias de correntes de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures.

## 2.24. Benefícios a empregados

#### Participação nos lucros

A Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados por cada companhia do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

## 2.24. Benefícios a empregados--Continuação

#### Outros benefícios pós emprego

Algumas companhias do Grupo oferecem benefício de assistência médica pósaposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para ao Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

### Obrigações de aposentadoria

As controladas indiretas Aquapolo, Jeceaba e Triunfo disponibilizam um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

#### 2.25. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar em 2021

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.25. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar em 2021--Continuação

i) Alterações no CPC 06 (R2) /IFRS 16, CPC 11/IFRS 4, CPC 38/IFRS 9, CPC 40 (R1) /IFRS 7: Reforma da Taxa de Juros de Referência

Essas alterações fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

 ii) Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.25. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar em 2021--Continuação

ii) Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021--Continuação

As alterações pretendiam ser aplicadas até 30 de junho de 2021, mas com os impactos da pandemia da Covid-19 podem continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essas alterações entram em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. O Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 e planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma mencionado acima.

## 2.26. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

## i) CPC 11/IFRS 17 - Contratos de seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - contratos de seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 (CPC 50) aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da nova norma é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a nova norma fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da nova norma é o modelo geral, contemplado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- 2.26. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021--Continuação
  - i) CPC 11/IFRS 17 Contratos de seguros--Continuação

A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17 e CPC 50. Esta norma não se aplica ao Grupo.

ii) <u>Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes</u>

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures privadas existentes podem exigir renegociação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- 2.26. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021--Continuação
  - iii) Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras e declaração da prática 2 da IFRS Exercendo julgamentos de materialidade Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação das políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

iv) Alterações no CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23) no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das práticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. O Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

## 3.1. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro de cada uma das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração do Grupo. Anualmente, o Grupo revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

## 3.2. Valor justo de ativos e passivos oriundos de combinações de negócios

De acordo com o IFRS 3/ CPC 15 (R1), o Grupo deve alocar o valor dos ativos adquiridos, das contingências e passivos assumidos com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de ativos intangíveis, na identificação e mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas-Continuação

#### 3.2. Valor justo de ativos e passivos oriundos de combinações de negócios--Continuação

O uso das premissas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco pode resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, o Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais.

#### 3.3. Redução do valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Existindo eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor de um ativo tangível ou intangível possa não ser recuperado, os saldos dos ativos são testados para fins de mensuração da recuperabilidade, pelo menos anualmente na data das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis e intangíveis do Grupo

#### 3.4. Reconhecimento de receita de construção

Para os contratos de concessão, o custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração do Grupo entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

A controlada indireta Jeceaba usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. A receita de construção foi determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de construção sobre os custos incorridos atribuíveis pelo arrendamento mercantil.

#### 3.5. Receita não faturada

O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas-Continuação

#### 3.6. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, o Grupo efetua análises que envolvem julgamento pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

#### 3.7. Determinação das receitas e custos de construção e locação de ativos

Quando contratam serviços de construção, o Grupo deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração do Grupo entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Na primeira etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende a construção, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

Na segunda etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos é reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrada a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

## 3.8. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração do Grupo, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas-Continuação

#### 3.8. Provisão e passivos contingentes--Continuação

- Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a administração do Grupo acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

#### Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber de clientes, contas a receber de locação de ativos, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Adicionalmente, o Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

#### Risco de crédito

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

O Grupo possui caixa e equivalentes de caixa, e fundos restritos, somente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (notas explicativas nº 6, 7, 8, e 9).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantém um caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$ 62.434 (R\$ 119.702 em 31 de dezembro de 2020).

#### 4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2021 e de 2020, podem ser assim sumariados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.2. Gestão de capital -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	-	4.506	1.014.128	891.594
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(353)	(1.114)	(167.199)	(119.702)
(-) Aplicações financeiras (Nota 7)	(32.842)	(41.934)	(496.840)	(41.934)
(-) Fundos restritos (Nota 8)	-	-	(23.850)	(22.837)
Dívida líquida	(33.195)	(38.542)	326.238	707.121
Total do patrimônio líquido	1.381.594	1.326.004	1.644.712	1.630.286
Total do capital	1.348.399	1.287.461	1.970.950	2.337.407
Índice de alavancagem financeira - %	(2%)	(3%)	17%	30%

#### 4.3. Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes.

Os empréstimos e financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), Caixa Econômica Federal ("CEF"), Banco Votorantim S.A, Banco Santander S.A. e Banco do Nordeste S.A. possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&F Bovespa.

Os passivos relacionados a obrigações a pagar por aquisição, são ajustados a valor presente considerando as condições de mercado, os quais se aproxima do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### **4.3.** Estimativa do valor justo--Continuação

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

#### 4.4. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados da seguinte forma:

	Controladora		Consol	idado
	2021	2020	2021	2020
ATIVO				
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	353	1.114	167.199	119.702
Fundo restrito	-	-	23.850	22.837
Contas a receber e contas a receber de locação de ativos	579	220	309.983	319.879
Contas a receber de partes relacionadas e dividendos a receber	132.701	93.033	48.610	26.539
	133.632	94.367	549.643	488.957
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	32.842	41.934	496.840	41.934
Ativo financeiro e ativo de contrato	-		500.010	809.496
	32.842	41.934	996.850	851.430
=	166.474	136.302	1.546.493	1.340.387
PASSIVO				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	(1.322)	(1.019)	(25.591)	(23.547)
Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	-	(4.506)	(1.014.128)	(891.594)
Contas a pagar por aquisição	-	-	(49.522)	(48.205)
Concessão de serviços públicos	-	-	(66.857)	(65.619)
Contas a pagar de partes relacionadas e dividendos a pagar	(70.775)	(51.060)	(97.587)	(84.756)
	(72.096)	(56.586)	(1.253.685)	(1.113.721)

### Análise de sensibilidade

O Grupo está exposto a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TLP (Taxa de Longo Prazo), do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), da TR (Taxa Referencial) e do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), relativos a empréstimos em reais (R\$). As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração do Grupo realizou a análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.4. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração do Grupo adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários considerados foram estimados com uma valorização adicional de 25% e de 50% respectivamente para os próximos 12 meses.

A tabela a seguir mostra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Efeitos dos passivos financeiros líquidos

	Controladora	Consolidado	Aumento em	Controladora Efeito no lucro	Consolidado Efeito no lucro
31/12/2021	Cenário Provável	Cenário Provável	pontos percentuais	antes dos tributos	antes dos tributos
CDI	1.452	38.664	25 50	363 726	9.666 19.332
UR-TJLP		(2.587)	25 50	0	(414) (828)
TR		(7.306)	25 50		(1.826) (3.653)
TLP		(5.341)	25 50		(1.335) (2.670)
IPCA		(29.914)	25 50		(5.245) (10.490)

## 5. Combinação de negócios

#### 5.1. Histórico da aquisição

Em 10 de maio de 2019, a Empresa e a BRK Ambiental - Participações em Negócios Industriais S.A. assinaram o documento denominado "Quota Purchase Agreement" (QPA) que determinava a aquisição, por uma empresa do Grupo GS Inima no Brasil, das cotas nominativas e sem valor nominal, representativas de 82,76% (oitenta e dois por cento e setenta e seis décimos) do capital social do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Operações Industriais ("FIP"). Em 28 de junho de 2019, a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, titular de 17,24% das cotas do FIP, aceitou a oferta de venda conjunta das suas cotas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Combinação de negócios--Continuação

### 5.1. Histórico da aquisição--Continuação

Após o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a operação foi concluída em 30 de setembro de 2019 pela sua controlada direta GS Industrial, passando essa a ser a detentora de 100% das cotas do FIP.

Na data do fechamento da transação, o FIP possuía as seguintes participações:

_	Partic	ipação	
	Direta	Indireta	Atividade
BRK Operações industriais S.A. ("BRK OI")	100%	-	Holding
Aquapolo Ambiental S.A. (atual "Aquapolo")	-	51%	Produzir e fornecer e comercializar água de reuso
BRK Ambiental - Jeceaba S.A. (atual "Jeceaba")	-	84,5%	Projeto, construção, operação e manutenção para tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica
Distribuidora de Água Triunfo S.A. (atual "Triunfo")	-	100%	Produção e venda de águas industriais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e água de incêndio.

A compra da participação nesses ativos industriais faz parte da estratégia de crescimento e diversificação no mercado de saneamento no Brasil. Com essa aquisição, o Grupo passa a deter uma participação relevante na área de tratamento de água e efluentes industriais no Brasil.

#### 5.2. Contraprestações da compra

O valor nominal da contraprestação de compra totalizou o montante de R\$ 1.055.418. Desse montante total, o valor de R\$ 1.002.908 foi pago durante o exercício findo de 2019 e o saldo remanescente de R\$ 52.511 (conforme nota 16) será pago, anualmente, em 4 parcelas a partir do quinto aniversário do fechamento da transação.

As parcelas serão ajustadas pela variação do IPCA, acumulada entre 1º de janeiro de 2019 e as datas de pagamento. Para fins de apuração da contraprestação paga, as parcelas a pagar (nota explicativa nº 16) foram ajustadas a valor presente com base na NTN-B projetada. Dessa forma, a contraprestação de compra totalizou o montante de R\$ 1.049.821.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Combinação de negócios--Continuação

#### 5.2. Contraprestações da compra--Continuação

O QPA possui uma cláusula de contraprestação contingente, denominada "Earn-Out", a qual condiciona o possível pagamento de valores adicionais à execução de dois projetos em desenvolvimento ("Ceará Pipeline Asset" e "Espirito Santo Pipeline Asset"), que a Administração da controlada direta GS Inima Industrial avalia como improvável que ocorra, motivo pelo qual o valor justo da contraprestação contingente foi considerado com valor zero, e, portanto, nenhum passivo foi reconhecido nas demonstrações financeiras da controlada direta GS Inima Industrial.

#### 5.3. Fatos relevantes

A Jeceaba (controlada indireta da Empresa e controlada direta da GS Inima Industrial) possuía um contrato de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica com a usina siderúrgica da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. ("VSB").

Em 23 de abril de 2021, a VSB exerceu seu direito de resilir imotivadamente o Contrato 522457 - DBOT com a Jeceaba e, em 10 de setembro de 2021, a VSB notificou a Jeceaba sobre sua decisão em adquirir os seus ativos.

O montante da operação, referente a compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba pela VSB foi de R\$ 493.944.892,03, com a consequente extinção do Contrato entre ambas as partes.

Mesmo diante da venda de seus ativos e, em linha com a estratégia da sua controladora GS Inima Industrial, visando o desenvolvimento e a expansão de negócios no segmento de utilidades industriais, a Jeceaba permanecerá ativa e em busca de novos contratos para execução de projetos, construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes.

Adicionalmente, em conexão com essa notificação e transação, a Empresa analisou o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e concluiu que a controlada indireta Jeceaba não descontinuou nenhuma operação e, portanto, essa notificação de venda não resulta na descontinuidade de operação de sua controladora direta, GS Inima Industrial e sua controlada indireta, GS Inima Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlado	ra	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	353	1.114	62.434	65.108
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u> </u>	104.765	54.594
Total	353	1.114	167.199	119.702

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins.

## 7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras (i)	32.842	41.934	496.840	41.934
Total	32.842	41.934	496.840	41.934
Ativo circulante	31.711	40.841	495.709	40.841
Ativo não circulante	1.131	1.093	1.131	1.093

<sup>(</sup>i) O saldo de aplicações financeiras é representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, classificadas como CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha. A rentabilidade média das aplicações financeiras está atrelada à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e representa uma variação média anual de 94% a 101% para as aplicações financeiras classificadas como CDB e rendimentos anuais de 0,88% a 1,71% para as aplicações dos Fundos de Investimentos.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 4.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8. Fundo restrito

	Controlador	Controladora		do
	2021	2020	2021	2020
Fundo restrito (i)			23.850	22.837
Total	-		23.850	22.837
Ativo circulante	-	-	-	4.749
Ativo não circulante	-	-	23.850	18.088

<sup>(</sup>i) O saldo de fundo restrito representa depósitos bancários atrelados ao rendimento do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e refere-se às controladas Ambient e GS Industrial. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures das respectivas controladas e é necessário para cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" (que corresponde a projeção dos próximos 3 pagamentos de principal e juros) dos respectivos contratos. A variação média anual do fundo restrito foi de 97,5% na controlada Ambient e de 96,27% na controlada GS Industrial.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 4.4.

## 9. Contas a receber e contas a receber de locação de ativos

### 9.1. Contas a receber

	Controladora		Consolid	ado
_	2021	2020	2021	2020
Contas a receber (i)	-	-	38.605	33.741
Contas a receber (ii)	-	-	27.313	72.553
Outros (iii)	579	220	28.190	5.242
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	<u>-</u>	(11.916)	(16.788)
	579	220	82.192	94.748
Ativo circulante	579	220	81.474	93.883
Ativo não circulante	-	-	718	865

<sup>(</sup>i) Correspondem aos saldos de contas a receber das controladas Ambient e Sesamm, correspondentes aos valores a receber do DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) e do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim), respectivamente, referente aos serviços de tratamento de esgoto efetuados por essas controladas. Corresponde, também, ao saldo de contas a receber da controlada Sanama, correspondente aos valores a receber da CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas), referente aos serviços de tratamento de esgoto e gestão comercial oferecidos pela controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Contas a receber e contas a receber de locação de ativos--Continuação

#### 9.1. Contas a receber--Continuação

- (ii) Refere-se ao faturamento das concessões plenas pelas medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuados pelas controladas Caepa, Comasa, Samar, Saneouro e Sanel. As próprias controladas são responsáveis pela cobrança junto aos consumidores finais.
- (iii) Referem-se ao valor mensal de locação das controladas Araucária e Sanevap, receitas acessórias da controlada Ambient e valores a receber de clientes privados da controlada GS Industrial.

A idade de vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

<u>-</u>	Controlador	a	Consolida	do
_	2021	2020	2021	2020
À vencer:				
Até 30 dias	422	220	24.873	51.538
De 31 a 60 dias	-	-	2.922	3.457
De 61 a 90 dias	-	-	6.600	3.090
Acima de 91 dias	-	-	28.970	25.110
_	422	220	63.365	83.195
Vencidas:				
Até 30 dias	157	-	5.383	3.816
De 31 a 60 dias	-	-	1.822	1.741
De 61 a 90 dias	-	-	602	829
De 91 a 180 dias	-	-	1.723	8.906
De 181 a 360 dias	-	-	4.248	1.745
Acima de 360 dias	-	-	5.192	11.304
_	157	<del>-</del> -	18.970	28.341
Total contas a receber de clientes	579	220	82.335	111.536
Contas a receber à faturar	-	-	11.771	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	<u> </u>	(11.915)	(16.788)
	579	220	82.191	94.748

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Contas a receber e contas a receber de locação de ativos--Continuação

#### 9.1. Contas a receber--Continuação

O critério para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) reflete a provisão de 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias. Para os clientes para os quais se constitui a PECLD, todo o valor do saldo a receber é provisionado (títulos vencidos e a vencer). Em casos de clientes que possuem parcelamentos, o critério para a constituição da PECLD corresponde a provisão de 100% dos parcelamentos vencidos acima de 90 dias. Para os clientes para os quais se constitui a PECLD de parcelamento, todo o valor do parcelamento a receber é provisionado (faturas vencidas e a vencer). Para a análise de constituição de PECLD, além da análise da situação financeira individual de cada cliente e a expectativa de perda, o Grupo leva em consideração os pareceres da assessoria jurídica referente aos processos judiciais de cobranças existentes.

## 9.2. Contas a receber de locação de ativos

Consolidado		
2021	2020	
453.836	453.836	
(248.779)	(210.146)	
(160.245)	(172.971)	
188.469	160.524	
(5.490)	(6.112)	
227.791	225.131	
41.023	36.897	
186.768	188.234	
	2021 453.836 (248.779) (160.245) 188.469 (5.490) 227.791	

As contas a receber de locação de ativos correspondem aos valores a receber da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), referente à locação de ativos das estações de tratamento de esgoto das controladas Araucária e Sanevap, nos municípios de Campos do Jordão/SP e São José dos Campos/SP, respectivamente. O ajuste pela taxa de retorno refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 17,85% na Araucária e 17,21% na Sanevap (16,25% e 15,71% em 2020, respectivamente), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas, levando em consideração o retorno do investimento realizado pelas respectivas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Contas a receber e contas a receber de locação de ativos--Continuação

#### 9.2. Contas a receber de locação de ativos--Continuação

As perdas estimadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram apuradas tendo em vista a adequação à norma contábil CPC 48, onde as respectivas controladas registraram o efeito do "*impairment*" correspondente ao período remanescente de cada concessão. As controladas levaram em consideração as características de risco de crédito da operação, seu segmento de atuação, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis às suas áreas de atuação.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A movimentação das contas a receber de locação de ativos é como segue:

	Consoli	dado
	2021	2020
Saldo inicial	225.131	223.253
Recebimentos	(38.633)	(36.301)
Ajuste a valor presente	12.726	12.727
Ajuste pela taxa de retorno	27.945	24.228
Impairment	622	1.224
	227.791	225.131

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Contas a receber e contas a receber de locação de ativos--Continuação

## 9.2. Contas a receber de locação de ativos--Continuação

A expectativa de realização, no curto e longo prazo, da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em:	
2022	41.023
2023	42.606
2024	44.097
2025	45.641
Após 2025	54.424
Total	227.791

## 10. Ativo financeiro

	Consoli	dado
	2021	2020
Saldo inicial	756.679	750.624
Custo do investimento (i)	87.955	135.805
Atualização pela taxa de retorno (ii)	94.192	86.480
Recebimentos	(212.862)	(219.742)
Baixas	(328.534)	-
Impairment (iv)	2.031	3.512
Total	399.461	756.679
Ativo circulante	114.888	168.055
Ativo não circulante	284.573	588.624

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Ativo financeiro--Continuação

- (i) Os custos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, na controlada Ambient, são estimados os gastos adicionais de, aproximadamente, R\$ 79.497 (R\$ 56.757 em 2020); na controlada Sesamm, são estimados os gastos adicionais de, aproximadamente, R\$ 16.744 (R\$ 39.388 em 2020); e na controlada Sanama, são estimados os gastos adicionais de, aproximadamente, R\$ 67.007 (R\$ 121.454 em 2020), distribuídos ao longo do período residual de cada contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelos investimentos nas obras, conforme previsto nas obrigações contratuais de cada controlada.
- (ii) Nas controladas Ambient, Sanama e Sesamm, a atualização pela taxa de retorno refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 16,85% ao ano (17,35% ao ano em 2020) na controlada Ambient, 19,75% ao ano (19,31% ao ano em 2020) na controlada Sanama e 17,78% ao ano (15,25% ao ano em 2020) na controlada Sesamm, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pelas respectivas controladas. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do cada contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Na controlada Ambient, a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada, anualmente, pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna). Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos, tais como, custos com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a parcela fixa anual para remuneração do investimento na controlada Ambient foi de R\$ 65.822 (R\$ 42.331 em 2020).

Na controlada Sesamm, a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada, anualmente, pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil), conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a parcela fixa anual para remuneração do investimento na controlada Sesamm foi de R\$ 10.226 (R\$ 9.614 em 2020).

Na controlada Sanama, a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a parcela fixa anual para remuneração do investimento na controlada Sanama foi de R\$ 13.611 (R\$ 8.578 em 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Ativo financeiro--Continuação

Na controlada indireta Jeceaba, representa o ativo financeiro adquirido na combinação de negócios conforme nota explicativa nº 5. O saldo é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato de arrendamento mercantil e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da sua controlada direta GS Industrial. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A atualização dos direitos a faturar foi iniciada a partir do início das operações. A parcela de remuneração é atualizada anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado).

- (iii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.3, em 15 de setembro de 2021, a VSB efetuou o pagamento no montante de R\$ 493.944.892,03 referente à compra dos ativos de arrendamento de Jeceaba, com a consequente extinção do Contrato.
- (iv) Em 2018, tendo em vista a adequação à nova norma contábil CPC 48, o Grupo registrou o efeito do impairment correspondente ao período remanescente dos respectivos contratos de concessão. O Grupo levou em consideração as características de risco de crédito de cada operação, seus segmentos de atuação e de seus clientes, suas taxas históricas de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis às áreas de atuação do Grupo. Em 2021, o saldo consolidado do impairment do ativo financeiro é de R\$ 13.157 (R\$ 15.187 em 2020), sendo a movimentação do ano de R\$ 2.030 (R\$ 3.512 em 2020).

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	Consol	idado
	2021	2020
Saldo inicial	756.679	750.624
Custo do investimento (i)	87.955	135.805
Atualização pela taxa de retorno (ii)	94.192	86.480
Recebimentos	(212.862)	(219.742)
Baixas (iii)	(328.534)	-
Impairment (iv)	2.031	3.512
	399.461	756.679

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Ativo financeiro--Continuação

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em	Consolidado
2023	69.235
2024	66.518
2025	41.951
2026	45.361
Após 2026	176.396
Total	399.461

#### 11. Ativo de contrato

	Consolidado		
	2021	2020	
Relacionado ao ativo financeiro	100.549	52.817	
Relacionado ao intangível	38.491	24.891	
_	139.040	77.708	

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, esses gastos são transferidos ao ativo financeiro ou ao ativo intangível, dependendo da característica do respectivo contrato. Quando ocorrem gastos, os quais já possuem conclusão, esses gastos são adicionados diretamente ao ativo financeiro ou ao ativo intangível.

Os ativos de contrato são classificados no ativo não circulante, se corresponderem ao ativo financeiro; ou no ativo permanente, se corresponderem ao ativo intangível.

Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais conforme mencionado na nota explicativa nº 10, podendo algum valor ser classificado como ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Ativo de contrato--Continuação

A movimentação do ativo de contrato no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Saldo no início do exercício	-	-	77.708	91.294	
Adições	55	-	86.557	34.489	
Transferencias (i)	<u> </u>	<u>-                                      </u>	(25.225)	(48.075)	
Saldo no final do exercício	55	-	139.040	77.708	

<sup>(</sup>i) O saldo refere-se as transferências efetuadas após a conclusão das obras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Investimentos em controladas

## 12.1. Resumo das informações financeiras das controladas

Os quadros abaixos apresentam o resumo das infomações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços e vendas	Lucro líquido do exercício
Ambient	100,00%	164.732	67.904	206.753	131.811	171.770	171.770	117.232	46.700
Araucária	51,00%	37.717	18.288	109.509	71.354	57.584	29.368	23.490	13.351
Caepa	95,00%	670	560	10.793	11.100	(197)	(188)	5.007	(485)
Comasa	75,00%	2.332	1.791	13.575	3.700	10.416	7.812	14.183	2.019
GS Industrial	100,00%	498.938	70.127	1.347.879	664.669	915.851	915.851	350.816	67.803
GS Serviços	100,00%	3.972	1.010	140	-	3.102	3.102	17.721	2.049
Samar	100,00%	23.588	24.596	211.682	137.676	107.061	107.061	114.355	6.033
Sanama	60,00%	55.932	46.044	111.261	97.036	24.113	14.468	62.546	(4.445)
Saneouro	60,00%	43.560	4.263	44.680	104.380,38	(20.403)	(12.242)	21.059	(18.357)
Sanevap	50,10%	24.617	11.900	77.393	62.140	27.970	14.013	15.773	7.699
Sesamm	64,00%	38.112	10.801	89.468	58.358	58.421	37.390	42.955	9.058
Sanel	70,00%	1.124	831	4.778	2.571	2.500	1.750	4.285	(817)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Investimentos em controladas--Continuação

## 12.1. Resumo das informações financeiras das controladas--Continuação

									2020
	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Iíquido	Investimento	Receita líquida de serviços e vendas	Lucro líquido do exercício
Ambient	100,00%	114.828	56.050	216.489	138.140	137.127	137.127	104.449	39.791
Araucária	51,00%	35.615	22.165	110.645	76.691	47.404	24.176	21.316	24.509
Caepa	95,00%	589	3.629	10.255	6.928	287	272	6.421	(405)
Comasa	75,00%	2.571	3.566	12.264	2.710	8.559	6.419	13.893	1.337
GS Industrial	100,00%	202.016	109.369	1.920.234	859.687	913.944	913.944	376.557	48.705
GS Serviços	100,00%	2.498	1.482	37	-	1.053	1.053	3.364	761
Samar	100,00%	24.572	20.434	193.089	126.962	105.963	105.963	116.560	7.726
Sanama	60,00%	13.680	29.027	78.004	34.099	28.558	17.135	32.731	(824)
Saneouro	60,00%	3.733	24.179	15.810	49	(4.685)	(2.811)	11.593	(11.972)
Sanevap	50,10%	22.828	13.947	77.776	64.550	22.107	11.076	14.312	13.967
Sesamm	64,00%	29.506	7.327	69.473	40.138	51.514	32.969	16.996	7.332
Sanel	70,00%	592		1.155		1.747	1.223		(301)
							4 0 40 5 45		

1.248.545

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Investimentos em controladas--Continuação

## 12.2. Movimentação

						2021
	Saldo inicial	Integralização de capital nas controladas	Amortização mais valia	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo final
Ambient	137.127	-	-	(12.057)	46.700	171.770
Araucária	24.176	-	-	(1.617)	6.809	29.368
Caepa	273	-	-	-	(460)	(187)
Comasa	6.419	-	-	(121)	1.514	7.812
GS Inima Industrial	913.942		-	(54.566)	56.475	915.851
GS Inima Serviços	1.053	-	-	-	2.049	3.102
Samar	105.963	-	(1.635)	(3.300)	6.033	107.061
Sanama	17.135	-	-	-	(2.667)	14.468
Saneouro	(2.811)	1.583	-	-	(11.014)	(12.242)
Sanevap	11.076	-	-	(920)	3.856	14.012
Sesamm	32.969	-	-	(1.378)	5.798	37.389
Sanel	1.223	1.099	-	-	(572)	1.750
<u>-</u>	1.248.545	2.682	(1.635)	(73.959)	114.521	1.290.154

_						2020
	Saldo inicial	Integralização de capital nas controladas	Amortização mais valia	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo final
Ambient	132.385	-	-	(35.049)	39.791	137.127
Araucária	15.410	-	-	(3.734)	12.500	24.176
Саера	657	-	-	-	(384)	273
Comasa	5.454	-	-	(38)	1.003	6.419
GS Inima Industrial	503.002	397.000	-	(20.900)	34.840	913.942
GS Inima Serviços	293	-	-	-	760	1.053
Samar	102.991	-	(1.635)	(3.119)	7.726	105.963
Sanama	17.629	-	-	-	(494)	17.135
Saneouro	676	3.696	-	-	(7.183)	(2.811)
Sanevap	6.742	-	-	(2.664)	6.998	11.076
Sesamm	29.391	-	-	(1.114)	4.692	32.969
Sanel	-	1.434	-	-	(211)	1.223
	814.630	402.130	(1.635)	(66.618)	100.038	1.248.545

A Empresa participa de outras controladas sendo que no momento da abertura ocorre integralização de no mínimo 10% do capital social e o restante é classificado como capital a integralizar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Investimentos em controladas--Continuação

#### 12.2. Movimentação -- Continuação

Em 26 de abril de 2021, a Empresa integralizou o montante de R\$ 1.099 no capital social da Sanel, correspondente a sua participação de 70% na controlada.

Em 10 de maio de 2021, a Empresa integralizou o montante de R\$ 1.583 no capital social da Saneouro, correspondente a sua participação de 60% na controlada.

A amortização da mais valia refere-se à controlada Samar, quando da sua aquisição ocorrida em 11 de maio de 2016, cujos ativos e passivos foram reconhecidos por seu valor justo, implicando no reconhecimento da mais valia da concessão no montante de R\$ 43.330 que, vem sendo amortizada pelo total anual de R\$ 1.635.

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de equivalência patrimonial divulgado no resultado do exercício, líquido dos efeitos da amortização da mais-valia da controlada Samar, corresponde ao montante de R\$ 112.886 (R\$ 98.403 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Imobilizado

								Controladora
	Veículos	Móveis e utensilios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imoveis terceiros	Direito de Uso do Arrend. Mercantil	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º janeiro de 2020	57	327	155	376	26	342	3.094	4.377
Adições	-	8	36	127	-	-	-	171
Alienações/baixas	(57)	-	-	-	-	-	-	(57)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		335	191	503	26	342	3.094	4.491
Adições	-	7	176	122	-	-	-	305
Alienações/baixas		-	-	-	-	-	(227)	(227)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		342	367	625	26	342	2.867	4.569
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º janeiro de 2020	(57)	(158)	(50)	(221)	(11)	(102)	(961)	(1.560)
Depreciação	-	(29)	(17)	(69)	(2)	(88)	(1.036)	(1.241)
Alienações/baixas	57	-	-	-	-	-	-	57
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		(187)	(67)	(290)	(13)	(190)	(1.997)	(2.744)
Depreciação	-	(30)	(26)	(76)	(3)	(83)	(862)	(1.080)
Alienações/baixas		-	-	-	-	-	182	182
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	-	(217)	(93)	(366)	(16)	(273)	(2.677)	(3.642)
Valor contábil líquido em 31/12/2020	-	148	124	213	13	152	1.097	1.747
Valor contábil líquido em 31/12/2021	-	125	274	259	10	69	190	927
Vida Util (anos)	5	10	10	5	10	10	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Imobilizado--Continuação

												Consolidado
	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Edificações	Terrenos	Redes e tubulações	Obras em andamento (i)	Direito de uso	Total
Custo do imobilizado bruto												
Saldo em 31 de dezembro de 2019	606	1.518	39.036	2.093	366	436	267.031	198	90	58.704	3.494	373.572
Adições	-	227	1.814	505	1	-	685	-	47	6.384	64	9.727
Alienações/baixas	(204)	(1)	(2)	) (6)	-	-	-	-	-	(70)	-	(283)
Transferências	5	(96)	19.086	(63)	-	-	(215.154)	-	225.798	(29.632)	-	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	407	1.648	59.934	2.529	367	436	52.562	198	225.935	35.386	3.558	382.960
Adições	520	209	5.121	617	280	-	1.201	-	-	20.348	-	28.296
Alienações/baixas	-	(2)	(3.373)	(17)	-	-	(19)	-	-	-	(333)	(3.744)
Transferências	(5)	-	1.830	-	-	-	965	-	-	(2.790)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	922	1.855	63.512	3.129	647	436	54.709	198	225.935	52.944	3.225	407.512
Depreciação acumulada												
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(444)	(509)	(1.844)	) (901)	(212	) (189)	(1.213)	_	(2		(1.198)	(6.512)
Depreciação	(55)	(172)	` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(24	, ,	(233)	_	(192		(1.278)	(5.881)
Alienações/baixas	204	-	2	-	-	-	-	_	-	-	()	206
Transferências	(1)	30	(35)	) 12	-	-	43.640	-	(43.642	) -	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(296)	(651)	(5.335)	) (1.264)	(236	) (283)	42.194	-	(43.836	-	(2.476)	(12.183)
Depreciação	(105)	(181)	(9.641)	) (430)	(34	) (332)	(4.896)	-	(5.333	) -	(873)	(21.825)
Alienações/baixas	- '	3	3.370	` - <i>`</i>	-	· · · ·	19	-		-	313	3.705
Transferências	-	-	(2)	) 2	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(401)	(829)	(11.608)	(1.692)	(270	) (615)	37.317		(49.169	-	(3.036)	(30.303)
Valor contábil líquido em 31/12/2020	111	997	54.599	1,265	131	153	94.756	198	182.099	35.386	1.082	370.777
Valor contábil líquido em 31/12/2020 Valor contábil líquido em 31/12/2021	521	1.026	51.904	1.437	377	(179)	92.026	198	176.766		189	377.209
Vida útil (anos)	4a5	5 a 10	2 a 13		10	10	92.026	196	5 a 20		109	311.209
viua utii (arios)	4 a 3	5 a 10	2 a 13	5	10	10	4	-	3 a 20	-	-	

<sup>(</sup>i) As obras em andamento referem-se, substancialmente, às melhorias operacionais, de infraestrutura e de modernização nas plantas das controladas indiretas Triunfo (R\$ 46.839) e Aquapolo (R\$ 6.105). Essas obras possuem expectativa de conclusão em março de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Intangível

	Controladora		
	Softwares e outros	Total	
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	2.999	2.999	
Adições	518	518	
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	3.517	3.517	
Adições	652	652	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.169	4.169	
Amortização acumulada Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(1.714)	(1.714)	
Amortização	(657)	(657)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(2.371)	(2.371)	
Amortização	(658)	(658)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(3.029)	(3.029)	
Valor contábil líquido em 31/12/2020	1.146	1.146	
Valor contábil líquido em 31/12/2021	1.140	1.140	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Intangível--Continuação

									(	Consolidado
	Direito da carteira de clientes	Mais valia ativo financeiro e concessão	Intangível de contrato	Direito da concessão - Outorga	Softwares	Sistema abastecimento água	Sistema esgotamento sanitário	Investimento na concessão	Outros	Total
Custo de aquisição										
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	833.254	270.759	268.926	89.461	11.072	40.181	31.207	28.896	20.206	1.593.962
Adições	-	-	-	1.000	809	17.771	9.148	3.771	11.337	43.836
Alienação/baixas	-	-	-	-	-	(80)	-	-	(975)	(1.055)
Transferencias	_	-	-	-	55	9	6.339	42	(6.311)	134
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	833.254	270.759	268.926	90.461	11.936	57.881	46.694	32.709	24.257	1.636.877
Adições	-	-	-	-	1.168	15.284	4.882	3.754	4.493	29.581
Baixas	-	(227.429)	(77.326)	-	-	(74)	(215)	(342)	(10.369)	(315.755)
Transferencias		-	-	-	-	4.926	10.207	-	(8)	15.125
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	833.254	43.330	191.600	90.461	13.104	78.017	61.568	36.121	18.373	1.365.828
Amortização acumulada										
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(5.993)	(14.975)	(4.298)	(21.218)	(3.477)	(2.851)	(1.764)	(4.542)	(5.629)	(64.747)
Amortização	(27.900)	(43.113)	, ,	(2.975)	(1.645)	(2.051)	(1.536)	, ,	(4.318)	(104.846)
Alienação/baixas	-	-	-	-	-	25	-	-	961	986
Transferências	-	-	-	_	(4)	-	254	309	-	559
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(33.893)	(58.088)	(24.393)	(24.193)	(5.126)	(4.877)	(3.046)	(5.446)	(8.986)	(168.048)
Amortização	(27.896)	(15.460)	(11.528)	(2.908)	(1.634)	(2.792)	(2.158)	(1.397)	(4.782)	(70.555)
Baixas	- /	64.282	14.068	` - ´	/	3	154	208	4.278	82.993
Transferências	-	-	-	_	(735)	-	-	_	(1.415)	(2.150)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(61.789)	(9.266)	(21.853)	(27.101)	(7.495)	(7.666)	(5.050)	(6.635)	(10.905)	(157.760)
Valor contábil líquido em 31/12/2020	799.361	212.671	244.533	66.268	6.810	53.004	43.648	27.263	15.271	1.468.829
Valor contábil líquido em 31/12/2021	771.465	34.064	169.747	63.360	5.609	70.351	56.518	29.486	7.468	1.208.068
Vida útil (em anos)	30 a 40	6	34	13 a 10	5 a 10	9 a 10	11 a 10	13 a 10	7 a 10	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Intangível -- Continuação

#### Direito da carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios (nota explicativa nº 5). As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por *impairment* se necessário.

#### Mais valia de ativo financeiro

Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na nota explicativa nº 5 pelos ativos financeiros existentes na controlada indireta Jeceaba, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por *impairment* se necessário.

#### Mais valia da concessão

Em 11 de maio de 2016, a Empresa adquiriu 100% das ações ordinárias da Samar, cujos ativos e passivos foram reconhecidos pela Empresa por seu valor justo, implicando no reconhecimento da mais valia da concessão, no montante de R\$ 43.330, cuja amortização durante o exercício de 2021 foi de R\$ 1.635 (R\$1.635 em 2020).

O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudanca nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

#### Intangível de Contrato

Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na nota explicativa nº 5, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por *impairment* se necessário.

#### Direitos de concessão - Outorga

As controladas Comasa, Samar e Sanel contabilizam o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Elas têm acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Intangível--Continuação

### Sistema abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário

As controladas Caepa, Comasa, Samar, Sanel e Saneouro reconhecem um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Representam os investimentos que englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo das concessões. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo das concessões.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pelas controladas, serão revertidas automaticamente ao poder concedente sem qualquer retorno financeiro para as controladas.

#### <u>Investimentos na concessão</u>

Nas controladas Caepa, Comasa, Samar, Sanel e Saneouro, estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo das concessões. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo das concessões.

### 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora			ado
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	-	-	436.327	374.576
Debêntures		4.506	577.802	517.018
Total		4.506	1.014.129	891.594
Circulante	-	4.506	86.321	134.899
Não circulante	-	-	927.809	756.695

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### 15.1. Empréstimos e financiamentos

i) Composição e natureza

			_	Consolid	ado
Modalidade e encargos		Taxa efetiva de	·		
financeiros anuais		juros anual	Vencimentos	2021	2020
Banco Votorantim S.A - Finame	(a)	Selic + 4,1% a.a	Abril de 2021	-	296
Caixa Economica Federal	(b)	TR + 8,50% a.a.	Agosto de 2032	128.742	137.049
Caixa Economica Federal	(c)	TR + 8,30% a.a.	Julho de 2032	25.126	26.850
Banco Santander Brasil S.A.	(d)	IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	1.121	1.800
Caixa Economica Federal	(e)	TR + 6,00% a.a.	Janeiro de 2035	18.735	-
Caixa Economica Federal	(f)	TR + 8,7% a.a.	Agosto de 2035	71.699	74.717
Banco Santander Brasil S.A.	(g)	CDI + 2,5%	Junho de 2021	-	20.052
Banco BNDES	(h)	TLP + 2,7% a.a.	Agosto de 2041	78.544	68.349
Banco Santander Brasil S.A	(i)	IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	-	6.740
Banco Itaú Unibanco S.A	(j)	CDI + 2,4% a.a	Agosto de 2027	5.490	-
Banco Santander Brasil S.A	(k)	IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	-	4.875
Banco Itaú Unibanco S.A	(I)	CDI + 2,4% a.a	Agosto de 2027	3.833	
Banco do Nordeste S/A	(m)	IPCA +1,66% a.a.	Janeiro de 2039	99.875	34.430
Banco Itaú Unibanco S.A	(n)	CDI + 2,55%	Maio de 2027	3.162	-
4,50%	(o)	4,50%	Janeiro de 2021	-	9
TJLP + 2,74%	(o)	TJLP + 2,74%	Janeiro de 2021	-	1.201
TJLP + 2,74% + 1%	(o)	TJLP + 2,74% + 1%	Janeiro de 2021	-	1.251
(-) Custos de transação				-	(3.043)
Total			-	436.327	374.576
Passivo circulante				41.731	66.089
Passivo não circulante				394.596	308.487
. accito nac on odiamo			-	001.000	000.101
			<del>-</del>	436.327	374.576

A natureza dos empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

(a) Refere-se a financiamentos para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto da controlada Ambient, obtido junto ao Banco Votorantim, na modalidade de FINAME, com a primeira liberação ocorrida em março de 2016. Os juros e os principais foram pagos mensalmente e a parcela final foi liquidada em abril de 2021. O empréstimo estava garantido por nota promissória e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) Composição e natureza--Continuação
  - (b) Refere-se ao programa "Saneamento para Todos", da controlada Ambient, que corresponde às obras dos interceptores de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, obtido junto a CEF (Caixa Econômica Federal), captado em agosto de 2018, conforme compromisso assumido pela controlada, por meio do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os juros e o principal serão pagos, mensalmente, pelo prazo de 144 meses. Este contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) precisa ser igual ou superior a 1,0. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva.
  - (c) Refere-se a um financiamento contratado pela controlada Sesamm e a CEF que possui como objetivo a realização de investimentos na estação de tratamento de esgoto da controlada. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente. Esse contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD precisa ser de, no mínimo 1,30. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva.
  - (d) Refere-se a um financiamento contratado pela controlada Sesamm e o Banco Santander, na modalidade de BNDES Giro, para a aquisição de sistema fotovoltaico para a estação de tratamento de esgoto da controlada. Os juros e o principal estão sendo pagos, mensalmente, por um período de 36 meses.
  - (e) Refere-se ao financiamento captado entre a controlada Sesamm e a CEF para ampliação e melhoria de sua estação de tratamento de esgoto. A primeira liberação ocorreu em setembro de 2021 e o contrato possui carência de 15 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente. Esse contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD precisa ser de, no mínimo 1,30. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva.
  - (f) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Sanevap e a CEF cujo objeto é a realização de investimentos compromissados, referente ao contrato de locação de ativos que a controlada possui com a Sabesp. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente pelo período de 240 meses. Esse contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD precisa ser maior ou igual a 1,1. Em 31 dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) Composição e natureza--Continuação
  - (g) Correspondia ao empréstimo entre a controlada Saneouro e o Banco Santander para os investimentos na sua concessão. O empréstimo foi pago, em uma única parcela, em junho de 2021.
  - (h) Refere-se ao empréstimo contratado pela controlada Samar e o BNDES, destinado a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente. O empréstimo possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto da controlada.
  - (i) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Caepa e o Banco Santander cujo objeto foi a implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade da controlada. O financiamento foi integralmente quitado em agosto de 2021.
  - (j) Refere-se ao financiamento entre a controlada Caepa e o Banco Itaú para a realização de investimentos compromissados no contrato de concessão da controlada. A liberação ocorreu em agosto de 2021 e o contrato possui carência de 24 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente.
  - (k) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Comasa e o Banco Santander cujo objeto foi a realização dos investimentos compromissados em seu contrato de concessão. O financiamento foi integralmente quitado em agosto de 2021.
  - (I) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Comasa e o Banco Itaú cujo objeto foi a realização dos investimentos compromissados em seu contrato de concessão. A liberação ocorreu em agosto de 2021 e o contrato possui carência de 24 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente.
  - (m) Refere-se ao financiamento contratado entre a controlada Sanama e o Banco Nordeste cujo objeto é a implantação do sistema de esgotamento sanitário na controlada. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente pelo período de 211 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### 15.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) Composição e natureza--Continuação
  - (n) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Sanel e o Banco Itaú cujo objeto foi a realização dos investimentos compromissados em seu contrato de concessão. A liberação ocorreu em agosto de 2021 e o contrato possui carência de 12 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente.
  - (o) Referem-se a financiamentos captados junto ao BNDES para construção da planta da controlada indireta Jeceaba.

### ii) Movimentação

	Consolidado		
	2021	2020	
Saldo no início do exercício	374.576	891.091	
(+) Adição de juros	42.758	48.785	
(+) Captação novos financiamentos	121.317	74.946	
(-) Amortização de principal	(66.693)	(588.982)	
(-) Amortização de juros	(35.702)	(49.833)	
(+) Custo de transação	(485)	(7.400)	
(+) Apropriação do custo de transação	556	5.969	
Saldo no final do exercício	436.327	374.576	
<ul><li>(+) Custo de transação</li><li>(+) Apropriação do custo de transação</li></ul>	(485) 556	(7.400) 5.969	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

## 15.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### iii) Prazo de vencimento

A amortização dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	2021
2023	39.910
2024	39.167
2025	37.963
2026	36.811
Após 2026	240.745
Total	394.596

#### 15.2. Debêntures privadas

### i) Composição

						Controlad	ora
Unidade	Debenturista	Série	Emissão	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2021	2020
GS Inima Brasil	Banco ABC Brasil		nov/2015	CDI + 4,35% a.a	mar/2021		4.535
	Custos de transação						(29)
	,				_	-	4.506
Passivo circulante	е					-	4.506
Passivo não circu	ulante					-	-

						Consolid	lado
Unidade	Debenturista	Série	Emissão	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2021	2020
GS Inima Brasil	Banco ABC Brasil Custos de transação	-	nov/2015	CDI + 4,35% a.a	mar/2021	-	4.535 (29)
Araucária	Caixa Econômica Federal Custos de transação	Única	fev/2012	TR + 9% a.a.	mar/2030	86.272 (1.240)	92.915 (1.391)
Saneouro	Vortx Distribuidora de Titulos Custos de transação	Única	mai/2021	IPCA + 6,69%	mai/2041	107.547 (2.380)	-
Jeceaba	Infrabrasil (-) Custo de transação	AeB	mar/2010	IGPM + 12,5%	mar/2021	-	4.162
Aquapolo	Caixa Econômica Federal Custos de transação	Única	set/2011	TR + 8,75% a.a.	ago/2029	238.274 (2.070)	259.314 (2.347)
Triunfo	Itau Unibanco S/A Custos de transação	Única	mai/2014	CDI + 2,67% a.a	mai/2027 	153.329 (1.930) 577.802	161.297 (1.438) 517.018
Passivo circulante	=				_	44.589 533.213	68.810 448 208

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

## 15.2. Debêntures privadas--Continuação

## ii) <u>Movimentação</u>

	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.506	13.706
(+) Adição de juros	28	572
(-) Amortização principal	(2.600)	(5.950)
(-) Amortização juros	(1.962)	(3.994)
(+) Amortização do custo de transação	28	172
Saldo no final do exercício	-	4.506
	Consolid	ado
	2021	2020
Saldo no início do exercício	517.018	573.578
(+) Captação	100.000	-
(+) Adição de juros	50.122	41.860
(-) Amortização principal	(49.550)	(54.666)
(-) Amortização juros	(37.393)	(44.826)
(+) Apropriação do custo de transação	834	1.072
(-) Custo de transação	(3.229)	-
Saldo no final do exercício	577.802	517.018

Controladora

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas -- Continuação

#### iii) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado
	2021
2023	40.329
2024	51.708
2025	63.422
2026	68.890
2027	73.732
Após 2028	235.132
	533.213

#### iv) Cláusulas contratuais e outras informações

#### GS Inima Brasil

Em 22 de outubro de 2015, a Empresa assinou contrato de compromisso com o Banco ABC Brasil para estruturação e coordenação de emissão de notas promissórias, com esforços restritos de distribuição no valor de R\$ 40.000. Em março de 2021, a Empresa quitou e cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

#### Araucária

Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$ 95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário de R\$ 10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas -- Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Araucária--Continuação

A amortização das debêntures será realizada mensalmente e iniciou-se em dezembro de 2014 e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216° mêscalendário contado a partir da data de emissão. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2021, os custos de transação incorridos, e já parcialmente amortizado, totalizavam R\$ 1.240, sendo R\$ 152 no circulante e R\$1.088 no não circulante.

As debêntures são garantidas por:

- Alienação fiduciária cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital.
- Os acionistas da Araucária empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Empresa e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro.
- A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas -- Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Araucária--Continuação

A Araucária, a partir de 1° de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, n° 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.

A Araucária possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura ("covenants" financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da controlada. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada cumpriu com todas as cláusulas restritivas ("covenants") vigentes relativas ao contrato de financiamento.

#### Jeceaba

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures da controlada indireta foram liquidadas, não ocorrendo impacto em relação as cláusulas contratuais da controlada.

## Aquapolo

Como garantia real, a controlada indireta Aquapolo celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"), com as seguintes características:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas -- Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Aquapolo--Continuação

• Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: (i) contrato de fornecimento; (ii) contrato de EPC - Engineering Procurement and Construction - firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; (iii) contrato de venda de água e rateio de despesas; (iv) depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Empresa; (v) investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; (vi) apólices de seguro, das quais a Empresa é beneficiária.

Alienação fiduciária de ações

A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas pela Aquapolo, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos: (i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial; (ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais.

#### Triunfo

Como garantia real, a controlada indireta Triunfo celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com as seguintes características:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas -- Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Triunfo--Continuação

Alienação fiduciária da totalidade das ações

Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Triunfo.

• Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Cessão fiduciária de (a) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Triunfo, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Triunfo e a Braskem em 31 de dezembro de 2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Triunfo à Braskem durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidas em contrato até a liquidação integral das Obrigações Garantidas e devidos a Trunfo pela Braskem e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e (b) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Triunfo, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Triunfo e o Agente Fiduciário.

#### Saneouro

Em 24 de maio de 2021 a controlada Saneouro teve sua 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no montante de R\$ 100.000, esse montante foi liberado em 31 de maio de 2021 e tem como característica a carência de principal durante os três primeiros anos e durante a carência o pagamento de juros semestralmente, após a carência os juros e o principal serão pagos semestralmente durante 17 anos, completando desta forma o prazo total da emissão de 20 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### **15.2. Debêntures privadas--**Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Saneouro--Continuação

A totalidade dos recursos captados pela Emissora por meio das Debêntures será utilizada para à implementação e exploração do Projeto de Universalização e melhorias no Sistema de Abastecimento de Água e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede e em 12 distritos do município de Ouro Preto-MG.

As debêntures são garantidas por:

• Alienação fiduciária da totalidade de ações

Emissão da Emissora atualmente detidas pelos acionistas GS Inima e MIP investimentos e Participações Ltda., nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre os acionistas GS Inima, MIP Investimentos, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações").

Cessão fiduciária, pela Emissora

Da totalidade dos direitos creditórios emergentes, presentes e/ou futuros, oriundos do Contrato de Concessão, observado o disposto no artigo 28 da Lei n.º 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, incluindo, mas sem se limitar, (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes da prestação dos serviços no âmbito do Contrato de Concessão, e (b) o direito de receber todos e quaisquer valores que, sejam ou venham a se tornar exigíveis e de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (B) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Administrador na qualidade de instituição depositária da Conta Reserva Vinculada e da Conta Vinculada Centralizadora, (conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados em tais contas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária (conforme termo definido no Contrato de Cessão Fiduciária);

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas -- Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Saneouro--Continuação

• Cessão fiduciária, pela Emissora--Continuação

(C) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Bancos Arrecadadores Públicos (conforme termo definido no Contrato de Cessão Fiduciária) na qualidade de instituição depositária da Conta Arrecadação BB e da Conta Arrecadação CEF (conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados em tais contas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (D) a totalidade dos direitos creditórios detidos pela Companhia em face das instituições seguradoras do Projeto, nos termos das respectivas apólices de seguros, bem como qualquer direito e crédito decorrente de novo seguro contratado pela Companhia relativo ao exercício da sua atividade, bem como referente a risco patrimonial e lucros cessantes, dos quais a Companhia seja beneficiária ou segurada, ou que venha a substituir as atuais apólices de seguro; (E) dos direitos creditórios oriundos dos Contratos do Projeto, (conforme definido no próprio Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo, mas não se limitando a multas, penalidades e apólices de seguro; e (F) da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos de contratos de empréstimo, adiantamento ou mútuo celebrados pela Emissora, na qualidade de mutuante e suas acionistas na qualidade de mutuários ("Cessão Fiduciária de Recebíveis") nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Recebíveis e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, conjuntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### 15.2. Debêntures privadas--Continuação

iv) Cláusulas contratuais e outras informações--Continuação

Saneouro--Continuação

• Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Saneouro possui em sua escritura de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Saneouro cumpriu com todas as cláusulas restritivas relativas as referidas debêntures.

#### v) Fundos restritos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, as controladas possuem o montante R\$ 22.837 (R\$ 24.007 em 31 de dezembro 2020), reconhecidos à rubrica de Fundos restritos, o qual referem-se a depósitos bancários cuja utilização está vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos (debêntures) e ficam retidos até o vencimento de cada contrato.

#### vi) Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O Grupo possui em seus contratos de escrituras de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo cumpriu todas as cláusulas restritivas relativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Contas a pagar por aquisição

O saldo refere-se a parcela a vencer da aquisição das controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 5, e possui os seguintes vencimentos por ano:

	Consolidado		
	2021	2020	
Contas a pagar por aquisição	52.511	52.511	
Ajuste a valor presente	(2.989)	(4.306)	
Total	49.522	48.205	

Essas obrigações possuem a seguinte composição por vencimento:

	2021
2024	13.128
2025	13.128
2026	13.128
2027	13.127
Ajuste a Valor Presente	(2.989)
	49.522

## 17. Concessão de serviços públicos

O contrato de concessão da controlada Samar, prevê a outorga a pagar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável", sendo que o ônus fixo será pago mensalmente durante todo o período da concessão (30 anos) no valor de R\$434 (R\$415 - valor atualizado em 31 de dezembro de 2020). No mês de dezembro de cada ano serão pagas o equivalente a duas parcelas, totalizando, portanto, 13 pagamentos no ano. O ônus variável foi liquidado em abril de 2014.

O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário que deverá ocorrer a cada 12 meses, mediante a decisão publicada, na imprensa oficial e em site na internet, decisão que entrará em vigor imediatamente, levando-se em conta a variação de preços entre janeiro e dezembro do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Concessão de serviços públicos--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro, os saldos acumulados de outorga a pagar equivale a:

	Consolidado		
	2021	2020	
Valor total de outorga a pagar	141.420	141.420	
Atualização Financeira	56.781	51.563	
Pagamentos efetuados	(81.898)	(76.312)	
(-) AVP	(49.446)	(51.052)	
Total	66.857	65.619	
Passivo circulante	5.642	5.398	
Passivo não circulante	61.215	60.221	

A movimentação da concessão de serviços públicos é como segue:

	Consolidado	)	
	2021	2020	
Valor total do outores o posser	CF C40	C4 440	
Valor total de outorga a pagar	65.619	64.443	
Atualização Financeira	5.218	4.922	
Pagamentos efetuados	(5.586)	(5.346)	
(-) AVP	1.606	1.600	
Total	66.857	65.619	

O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Tributos diferidos

	Consolidado		
	2021	2020	
PIS e COFINS sobre as receitas	599	40.531	
ISS sobre receitas	2.758	14.080	
Total	3.357	54.611	
Describe circulants	425	11.214	
Passivo circulante			
Passivo não circulante	2.931	43.397	

O saldo refere-se a tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro nas controladas Jeceaba e Sesamm. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pelas sociedades.

## 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

i) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controlado	Controladora		dado
	2021	2020	2021	2020
Composição no balanço patrimonial (não circulante)				
Ativo diferido	816	862	31.197	18.719
Passivo diferido	-	<u>-</u>	(277.506)	(399.579)
Valor líquido dos ativos e passivos diferidos	816	862	(246.309)	(380.860)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

 i) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Controladora		Controladora Co		Consolida	Consolidado	
2021	2020	2021	2020			
816	862	13.372	13.774			
-	<u> </u>	81.090	81.873			
816	862	94.462	95.647			
-	-	(13.080)	(33.108)			
-	<u> </u>	(327.691)	(443.399)			
-		(340.771)	(476.507)			
816	862	(246.309)	(380.860)			
	2021 816 - 816 - - -	2021 2020  816 862   816 862	2021         2020         2021           816         862         13.372           -         -         81.090           816         862         94.462           -         -         (13.080)           -         -         (327.691)           -         -         (340.771)			

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Empresa, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora			
	2021		202	0
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo inicial	862	-	647	_
Reconhecido na demonstração de resultado	(45)	-	215	-
Total	817		862	-
		Consolida	ado	
	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo no início do exercício	18.719	(399.579)	12.269	(416.079)
Demais diferenças temporárias	-	69.851	-	- '
Reconhecido na demonstração de resultado	12.478	52.222	6.450	16.500
Total	31.197	(277.506)	18.719	(399.579)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Esses prejuízos, embora não reconhecidos, não possuem data de expiração, conforme legislação corrente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### ii) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do Grupo, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros das empresas combinadas, como seque:

	Controladora		Consolic	lado
-	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.386	31.958	175.711	108.183
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(32.091)	(10.866)	(59.742)	(36.782)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	38.381	33.457	38.381	-
IR e CS diferidos não reconhecidos (i)	-	(19.371)	(51.742)	(29.275)
JCP	-	(2.964)	4.447	1
Mudança regime de tributação (ii)	-	-		24.025
Diferenças Permanentes	-	(41)	(15.942)	(1.755)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	6.290	215	(84.598)	(43.786)
Correntes	-	-	(128.346)	(66.737)
Diferido	(45)	215	64.700	22.950
Total	(45)	215	(63.647)	(43.787)

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de IR e CS diferidos não reconhecidos corresponde a controlada GS Industrial. Conforme nota explicativa nº 5, em 15 de setembro de 2021, a controlada GS Industrial recebeu o pagamento da VSB referente à compra dos ativos de sua controlada Jeceaba. Devido a essa transação, o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias do contrato de arrendamento foi revertido. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a controlada GS Industrial possui o montante de R\$ 28.071 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sobre o qual não foi reconhecido tributo diferido ativo em função de sua característica de holding, sem lucro tributário.
- (ii) As Controladas Araucária e Sanevap deixaram de ser tributadas pelo lucro real e passarão a ser tributadas pelo lucro presumido. Sendo assim, as disposições normativas que tratam do diferimento do lucro auferido na fase de construção da infraestrutura em virtude do reconhecimento de ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa, quais sejam, artigo 36 da Lei nº 12.973, de 2014, e artigos 168 a 170 da IN RFB nº 1.700, de 2017, aplicam-se somente ao Lucro Real e esclarecem que o lucro auferido nessa fase poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento das receitas contratadas.

Paralelamente a isso, relativamente ao lucro presumido com base no regime de caixa, prevalece a regra de reconhecimento das receitas e resultados à medida do seu recebimento. Sendo assim, devido a mudança no regime de tributação, conforme citado acima, as perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões que não suportam as expectativas da Administração para o exercício corrente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa possui o montante de R\$ 13.436 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não foi reconhecido tributos diferidos ativos em função de sua característica de holding, sem lucro tributário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Partes relacionadas

A tabela abaixo apresenta os saldos e transações com partes relacionadas:

				Controladora			
		2021			202	20	
	Dividendos	Contas		Dividendos	Contas	Contas	
	a receber	a pagar	Resultado	a receber	a receber	a pagar	Resultado
GS Engineenring	-	-	-	-	-	1.021	-
GS Inima Environment	-	2.877	-	-	-	2.901	-
Ambient .	38.937	-	1.905	27.846	1.523	-	6.359
Araucária	1.617	-	-	2.969	10	-	-
Sanevap .	920	-	-	1.662	12	-	-
Sesamm .	1.377	-	-	1.114	10	-	-
Samar	5.457	-	759	2.652	178	-	340
Sanama	-	-	-	-	24.562	-	-
Caepa	-	-	-	-	3.364	-	-
Comasa	359	-	-	238	16	-	-
GS Industrial	-	10.890	-	-	1.119	10.218	2.778
GS Serviços	-	-	-	-	7	-	-
Sanel		-	-	-		-	-
Consórcio Vale Paraiba	-	-	-	-	1	-	-
Consórcio Alta Maceió	-	57.008	-	-	25.750	36.920	-
Total	48.667	70.775	2.664	36.481	56.552	51.060	9.477

	Consolidado				
	20	21	202	20	
	Contas	Contas	Contas	Contas	
	a receber	a pagar	a receber	a pagar	
GS Engineenring	-	-	-	2.207	
GS Inima Environment	-	-	-	2.901	
GS Inima Serviços	1.817	767	724	1.051	
GS Inima Industrial	-	270	-	-	
Araucária	-	1.554	-	-	
Aquapolo	-	17.568	-	-	
Samar	50	441	-	569	
Caepa	-	-	-	1	
Comasa	-	79	-	11	
Sanama	-	38.544	-	-	
Saneouro	-	19	-	131	
Sesamm	-	775		-	
Sanevap	-	916	-	-	
Jeceaba	-	-	-	65	
Triunfo	-	-	-	134	
Sabesp S/A	-	775	-	627	
Copasa S/A	-	-	-	2.267	
Cesbe S/A Engenharia	-	1.500	-	992	
Cesbe Participações	-	951	-	1.746	
Construtora Elevação	-	970	-	1.769	
Enorsul Ltda.	-	96	-	16	
Construtura Said	-	24	-	63	
Consórcio Alta Maceió	46.742	32.326	25.741	36.920	
Consórcio Vale Paraiba	-	12	1	-	
Sabesp S/A			73	33.286	
Total	48.609	97.587	26.539	84.756	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Partes relacionadas -- Continuação

As transações com partes relacionadas são conduzidas com base e nas condições acordadas entre as partes. São relativas a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras, além do compartilhamento de despesas.

A Empresa e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de vale-alimentação, assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida e participação nos resultados, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante consolidado de R\$ 4.758 a título de remuneração dos administradores das controladas. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Empresa e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Empresa e suas controladas Ambient, Sesamm, Samar e Comasa concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, na rubrica de "Obrigações sociais" são de R\$ 2.166 na controladora e R\$ 6.975 nas controladas (R\$ 1.806 e R\$ 8.935 em 31 de dezembro de 2020). As metas são como seguem:

#### a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Empresa e de suas controladas são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

#### b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: Metas individuais, Metas Departamentais e/ou Unidades Operacionais e Metas Corporativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Provisões para ações judiciais

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra o Grupo e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

### Risco de perda provável

			Consolidado
	Contingências trabalhista e previdenciárias	Contingências cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2019	1.686	674	2.360
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.896	273	2.169
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(29)		(29)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(796)	(251)	(1.047)
Em 31 de dezembro de 2020	2.757	696	3.453
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	744	405	1.149
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(573)		(573)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(970)	(413)	(1.383)
Em 31 de dezembro de 2021	1.958	688	2.646

A administração do Grupo entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A controlada Samar possui contingências cíveis referente a riscos prováveis de indenizações a terceiros com relação a perdas de bens e as reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços.

#### a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Empresa e suas controladas estão envolvidas em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Provisões para ações judiciais--Continuação

Risco de perda provável--Continuação

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível--Continuação

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Consolidado	Reclamações cíveis	Contingências tributárias	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Total
Processos a classificada como possível	2.102	32.536	5.671	40.309
	2.102	32.536	5.671	40.309

As contingências possíveis da Empresa e de suas controladas referem-se, substancialmente, as causas tributárias. O valor de R\$ 32.536 refere-se a controlada GS Industrial. No ano de 2021, a controlada GS Industrial sofreu fiscalização da Receita Federal e, na ocasião, o Fisco entendeu que a despesa financeira da controlada, em 2013, não seria dedutível na apuração de imposto de renda e contribuição social, fato que resultou na lavratura de ato de infração concernente à glosa dessa despesa, dos períodos de 2016 a 2019.

## 22. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social é de R\$ 1.108.099 e está representado por 1.108.099 ações nominativas, ordinárias, subscritas e integralizadas, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social (%)
GS Inima Environment S.A.	1.105.858	99,80%
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	2.241	0,20%
	1.108.099	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Patrimônio líquido--Continuação

### a) Capital social -- Continuação

Em 26 de agosto de 2020, os sócios quotistas da Empresa aprovaram e subscreveram a integralização de capital social no montante de R\$472.063, mediante emissão de 472.063 mil cotas.

#### b) Distribuição de dividendos

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

No ano de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$38.751, (R\$12.275 em 2020).

O saldo não distribuído de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária.

#### 23. Resultado do exercício

#### a) Receita

As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de construção	24.378	11.454	138.556	83.738
Tratamento de esgoto	1.301	1.874	149.774	130.096
Locação ativo	-	-	38.634	36.301
Tratamento e distribuição de água	-	-	-	52.479
Gestão comercial	-	-	8.181	6.210
Água de Reuso	-	-	260.661	243.754
Prestação de serviço	3.889	6.715	292.586	279.233
Ativo financeiro		-	21.995	(173)
Total das receitas	29.568	20.043	910.388	831.638
Impostos sobre receitas	(1.896)	(1.459)	(90.703)	(92.055)
Vendas canceladas e descontos concedidos		-	(2.590)	(2.807)
	(1.896)	(1.459)	(93.292)	(94.862)
Receita líquida	27.672	18.584	817.095	736.776

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Resultado do exercício--Continuação

### a) Receita--Continuação

A receita de construção auferida refere-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória da parte alta da cidade de Maceió, na controlada Sanama, investimentos em novos projetos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na controlada Samar e melhorias nas estações de tratamento de esgoto necessárias a prestação de serviço da controlada Ambient.

O valor da receita é igual ao custo que é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção, pois a Administração da Sociedade entende que os contratos de concessão das controladas não prevê margem de lucro na construção.

O aumento nas receitas de serviços água, esgoto e locação de ativo refere-se substancialmente pelo reajuste previsto em contrato

A receita na controlada Aquapolo e Triunfo compreende o valor justo da venda de água de reuso no curso normal das atividades das Companhias.

A Empresa mantém contrato de prestação de serviço para operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Olimpia e Birigui.

#### b) Custo por natureza

CUSTO	Controladora		roladora Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Com pessoal	2.609	2.898	76.392	61.993
Materiais	204	654	49.754	42.623
Serviços de terceiros	3.704	2.920	52.578	47.640
Energia elétrica	4	4	43.836	35.588
Depreciação/amortização	101	124	31.074	31.758
Obras civis	20.094	18.934	133.422	87.057
Outros custos com operação	1.516	1.553	20.594	19.794
Total	28.232	27.087	407.650	326.453

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Resultado do exercício--Continuação

### c) <u>Despesa por natureza</u>

DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	PESAS E RECEITAS OPERACIONAIS Controladora		Consolidado		
_	2021	2020	2021	2020	
Gerais e administrativas					
Com pessoal	10.403	16.096	37.406	40.884	
Materiais	83	135	1.020	1.262	
Serviços de terceiros	4.418	9.050	34.205	45.211	
Depreciação/amortização	1.636	124	59.669	77.804	
Publicidade e propaganda	909	917	1.651	2.649	
Perdas estimadas em crédito de liquidação Duvidosa	-	-	1.739	2.695	
Baixa mais valia	-	-	144.133	-	
Impairment - Ativo Financeiro	-	-	(2.653)	-	
Outras Despesas	2.375	(8.831)	25.324	(13.000)	
Total	19.824	17.491	302.495	157.505	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas					
Outras receitas operacionais	(2.174)	(17)	(497.071)	(924)	
Outras despesas operacionais	-		337.070	-	
Total	(2.174)	(17)	(160.001)	(924)	
- -	17.650	17.474	142.494	156.581	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.123	236	21.925	5.761
Juros sobre títulos recebidos	0	-	2.593	1.911
Variação monetária e cambial	1.142	806	2.263	1.390
Outros	2	11_	166	2.060
Total	2.267	1.043	26.947	11.122
Despesa financeira				
Juros sobre financiamentos e debentures	(67)	(598)	(92.806)	(93.381)
Custo Outorga	-	-	(6.823)	(6.533)
Juros sobre títulos pagos	(10)	(5)	(67)	(212)
Custo transação	(29)	(216)	(7.097)	(2.612)
Variação cambial passiva (i)	(430)	(37.770)	(2.087)	(37.804)
Outras	(2.021)	(2.922)	(9.307)	(16.139)
Total	(2.557)	(41.511)	(118.187)	(156.681)
Resultado financeiro líquido	(290)	(40.468)	(91.240)	(145.559)

<sup>(</sup>i) O impacto da variação no período é reflexo da operação de Hedge contratado como instrumento de proteção, cujo objetivo foi preservar o valor em Euros que os acionistas haviam aprovado para efetuar o aumento de capital da subsidiaria no Brasil, protegendo desta forma contra os riscos provocados pelas oscilações do mercado financeiro. O objetivo, neste caso, é garantir um preço de compra ou venda futura, e não lucrar com a operação, teria o mesmo perfil de um seguro contra possíveis valorizações do Real entre o período em que foi aprovado o aumento de capital e a data da efetiva integralização de capital.

O saldo de juros sobre financiamento e debentures refere-se às despesas de juros, variações monetárias e custo de transação dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures das controladas da Empresa, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

## 25. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Empresa obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa e suas controladas possuíam seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Seguros--Continuação

	Consolidado
	Importâncias
Tipo de cobertura	seguradas
Garantia de contrato	45.149
Responsabilidade civil	296.722
Riscos ambientais	60.000
Riscos operacionais	1.036.243
Risco de engenharia	162.571
Compreensivo empresarial e D&O	7.482
Garantia financiamento	21.656
Garantia licitante	8.336
Garantia executante prestador serviço	72
Garantia judicial	50
Garantia compra e venda energia	3.135
Fiança locatícia	928
Veículos	2.600
Equipamentos	1.814
	1.646.758

\* \* \*